



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638672 - DF (2021/0001522-5)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**ADVOGADOS** : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161  
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS  
**PACIENTE** : MOIZES FRANCISCO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MOIZES FRANCISCO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (Agravado em Execução n. 0743544-30.2020.8.07.0000).

O paciente cumpre pena de 18 anos de reclusão pela prática do crime previsto no art. 214, *caput*, c/c art. 226, *caput*, II, do CP, estando atualmente em regime semiaberto.

A impetrante sustenta que deve ser o paciente posto em prisão domiciliar, uma vez que faz parte do grupo de risco da covid-19.

Requer, liminarmente, a concessão de prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

O Tribunal de origem manteve a decisão que indeferiu o benefício de prisão domiciliar humanitária com base na seguinte fundamentação (fls. 289-295):

A eminente autoridade judiciária da VEP, em decisão exarada no dia 5-maio-2020, indeferiu o pedido por entender que a concessão da prisão domiciliar humanitária, com base apenas na genérica vulnerabilidade do grupo de risco, encontra-se prejudicada, porquanto proferida decisão nos autos do procedimento n. 0401846-72.2020.8.07.0015, em que se

determinou medidas de prevenção da disseminação do vírus no âmbito do sistema prisional, como o isolamento dos custodiados integrantes do grupo de risco do restante da população carcerária, seguindo orientação da equipe de saúde prisional.

Salientou, assim, que o fato do apenado ser idoso, por si só, não justifica a concessão da benesse, já que as unidades prisionais do Distrito Federal dispõem de equipes de saúde para atendimento e tratamento médicos, com monitoração frequente durante o período de crise da saúde pública, especialmente integrantes do grupo de risco.

Acrescentou que as situações de saúde dos custodiados integrantes do grupo de risco devidamente atestadas como frágeis e vulneráveis estão sendo relatadas pela equipe de saúde prisional e encaminhadas ao Juízo com expressa sugestão e/ou solicitação de análise de concessão de qualquer medida restritiva de liberdade, o que não é o caso do agravante. Por fim, informou que o paciente se encontra em ala própria para idosos, recebendo atenção médica redobrada, e tem sido envidados esforços para o controle da situação carcerária. Confira-se:

[...]

Há nos autos a informação de que o agravante possui o diagnóstico de Hipertensão Arterial e 68 (sessenta e oito) anos de idade.

Assim, embora supostamente se enquadre nesta recomendação, por aparentemente pertencer ao grupo de risco (inciso I), observa-se que o agravante cumpria pena semiaberto em regime inicial fechado, obtendo recentemente, em 20-julho-2020, a progressão para o , estando longe de cumprir os requisitos (objetivos) para a progressão ao regime aberto, prevista para 2-novembro-2024, conforme relatório de ID 20134067, p. 18-26, não sendo a ele aplicável, portanto, o artigo 5º, inciso I, da Resolução nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Ainda, nos termos do artigo 117, inciso II, da Lei de Execução Penal, o recolhimento domiciliar pressupõe regime aberto, admitindo-se a concessão ao preso do regime fechado ou semiaberto caso fique comprovado estar acometido de doença grave, com debilidade acentuada da sua saúde e não sendo prestado o necessário atendimento médico no ambiente prisional. Nada disso se aplica ao recorrente, que não comprovou nos autos os necessários pressupostos.

Não existe nada a comprovar que o estado de saúde do agravante demande tratamento ou acompanhamento que não possa ser prestado pelo Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

Ademais, em consulta ao Sistema de Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), verifica-se que consta Relatório Médico datado de 24-junho-2020 (mov. 114.1), no dia 23-junho-2020 destacando que o agravante passou por atendimento médico e não apresentava qualquer queixa, estando com bom estado de saúde, “hidratado, . Não apresentou alterações patológicas aos aparelhos cardíacos e respiratórios, nem à avaliação psicológica, não nutrido, eupineico, corado, normotenso” necessitando de demais cuidados.

No caso em apreço, os elementos extraídos dos autos não demonstraram a excepcional necessidade do cárcere humanitário ao agravante. Ademais, registra-se a gravidade do crime praticado pelo apenado, envolvendo delitos sexuais [...]

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente